

Registro síntese da 6ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL (24 de agosto de 2021)

No dia 24 de agosto de 2021 o Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, conduziu, presencialmente, a 6ª Reunião do CNAL no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, com a presença dos ministros da Casa Civil da Presidência da República e das Relações Exteriores; do Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e representantes dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Defesa; da Economia; da Infraestrutura; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de Minas e Energia; da Ciência, Tecnologia e Inovações; das Comunicações; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Regional; da Secretaria-Geral da Presidência da República; da Secretaria de Governo da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Todas as medidas sanitárias em relação ao COVID-19 foram adotadas.

Na abertura da reunião, o Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL fez uma breve referência aos aspectos da conjuntura nacional e internacional que possam ter reflexos nas ações do governo federal e estadual no tocante a atuação do CNAL. Além disso, destacou a importância do trabalho sinérgico dos integrantes do Conselho, estimulando a continuidade da relevante cooperação e engajamento.

Como coordenador das políticas públicas voltadas para a Amazônia, o CNAL tem atuado como espaço para construção de convergências de ideias, opiniões e iniciativas e, nesse espírito, apresentou ao colegiado o Portfólio de Governança para a Amazônia Legal consubstanciando o Planejamento Estratégico do Conselho. Trata-se, portanto, de uma proposta de um Plano de Estado para a Amazônia, farol indicador dos objetivos políticos que alicerçam o pensamento estratégico do CNAL para os processos de preservação, de proteção e de desenvolvimento da região.

Nesse contexto, também foi apresentado o Plano Nossa Amazônia, que surge como proposta de governo, contendo a estratégia de priorização e de convergência de ações para a Amazônia, inseridas nos eixos de atuação:

- Efetividade no Combate aos Ilícitos Ambientais e Fundiários;
- Estímulo à Bioeconomia e à Inovação;
- Fontes de Financiamento Nacional e Internacional, Público e Privado;
- Integração de Sistemas e Apoio à Tomada de Decisão; e
- Ordenamento Territorial.

No nível operacional, o Portfólio traz o Plano Amazônia 2021/2022, instituído para permitir continuidade das ações em substituição à operação de garantia da lei e da ordem, a Operação Verde Brasil 2, e na continuidade, a Operação SAMAÚMA para o desenvolvimento de ações de prevenção e repressão aos ilícitos ambientais e fundiários na Amazônia.

O Vice-Presidente destacou, ainda, que no modelo de governança adotado, o CNAL busca a interação com entes federativos e sociedade civil valorizando as propostas consoantes com o pensamento estratégico do Conselho. Citou como exemplo, o Consórcio Amazônia Legal, o Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal – PRV, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa com planos e programas voltados para o desenvolvimento da Amazônia.

Sobre a operação de garantia da lei e da ordem - Operação SAMAÚMA, o Vice-Presidente Hamilton Mourão anunciou a sua prorrogação, a contar de 31 de agosto, quando finalizaria. Apresentou, ainda, os resultados das ações interagências no combate aos ilícitos ambientais, prioritariamente, o desmatamento, que atingiu os índices de redução de 5 %, no período do PRODES, de 1º de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021, em relação ao igual período do ano anterior.

Segundo o Vice-Presidente, o êxito do trabalho da Operação SAMAÚMA está diretamente associado a relevância da cooperação e união de esforços das equipes que compõem a GLO, reafirmando que o Governo Federal permanecerá determinado a vencer os desafios para cumprir as metas estabelecidas para a reversão do quadro de ilícitos na Amazônia.

Como ideia futura, foi abordada a viagem do CNAL e chefes de missão diplomática acreditados no Brasil para a Amazônia Oriental com o objetivo de reforçar conhecimentos dos integrantes da comitiva acerca da realidade local e do trabalho do Governo Federal na região. A viagem está prevista para os dias 8, 9, e 10 de setembro de 2021.

Brasília/DF, 24 de agosto de 2021.